



## A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR ESPECIALISTA EM TEA NA ATUALIDADE

*Maria Gedalva Laurindo da Silva<sup>1</sup>*

*Claudio Neves Lopes<sup>2</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade apresentar a importância da formação continuada do professor especialista em Transtorno do Espectro Autista (TEA), na atualidade, como é o caminho percorrido pelo profissional docente, o constante aperfeiçoamento, a busca por novos estudos e pesquisas sobre o tema, de modo a contribuir com a melhoria do atendimento educacional especializado aos alunos, como também informar professores, profissionais da área da saúde e familiares de pessoas com transtorno do espectro autista. Desse modo tendo em vista que somos seres em constante desenvolvimento, os indivíduos com transtorno do espectro autista podem também se desenvolver de modo a ter uma vida funcional produtiva e viver num contexto este em que estão elencados a vida familiar, escolar, profissional, e social, fatos estes que divergem das concepções de educação ultrapassadas. Assim a formação continuada do professor especialista tem papel de suma importância para a realização de formação e especialização deste profissional.

**Palavras-chave:** Formação na atualidade. Transtorno do Espectro Autista. Educação.

## FORMACIÓN CONTINUA DEL PROFESOR ESPECIALISTA EN TEA EN LA ACTUALIDAD

### RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar la importancia de la educación continua del profesor especialista en Trastorno del espectro autista (TEA), ya que el camino recorrido por el profesional docente es la mejora constante, la búsqueda de nuevos estudios e investigaciones sobre el tema, para contribuir a la mejora de la asistencia educativa especializada a los estudiantes, así como para informar a los maestros, profesionales de la salud y familiares de personas con trastorno del espectro autista. Por lo tanto, teniendo en cuenta que somos seres en constante desarrollo, las personas con trastorno del espectro autista también pueden desarrollarse para tener una vida funcional productiva y vivir en un contexto en el que se enumeran la vida familiar, escolar, profesional y social, hechos que difieren de los conceptos obsoletos de la educación. Por lo tanto, la educación continua del maestro especialista juega un papel extremadamente importante en la capacitación y especialización de este profesional.

**Palabras-clave:** Entrenamiento en la actualidad. Trastorno del espectro autista. Educación.

---

<sup>1</sup>Especialista em TEA.

<sup>2</sup>Mestre em Educação e orientador do artigo-FAMESC.



## CONTINUING TRAINING OF THE TEACHER SPECIALIST IN TEA NOW

### ABSTRACT

The present work aims to present the importance of continuing education of the specialist teacher in Autistic Spectrum Disorder (ASD), today, as the path taken by the teaching professional is, the constant improvement, the search for new studies and research on the subject, in order to contribute to the improvement of specialized educational assistance to students, as well as to inform teachers, health professionals and family members of people with autism spectrum disorder. Thus, considering that we are beings in constant development, individuals with autism spectrum disorder can also develop in order to have a productive functional life and live in a context in which family, school, professional, and social life are listed, facts that diverge from outdated concepts of education. Thus, the continuing education of the specialist teacher plays an extremely important role in the training and specialization of this professional.

**Keywords:** Training today. Autistic Spectrum Disorder. Education.

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo aborda, inicialmente a realidade educacional na qual os profissionais da educação especial, estão inseridos, como a formação e a especialização deste profissional ocorre, o que pode ser incluso para contribuir para a evolução funcional e para as práticas profissionais aos alunos da educação especial.

A inclusão de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas de ensino regular requer a superação de vários desafios, dentre os quais a preparação dos docentes, já que o processo de inclusão não se limita à mera matrícula do aluno na escola regular. Cabe à instituição escolar atender os alunos em suas especificidades e singularidades, a fim de lhes garantir uma educação de qualidade.

É necessário que o professor tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão”. Assim, é importante que os professores estejam aptos a atuar com alunos autistas a fim de que estes se envolvam em todos os seus aspectos: físico, afetivo, social e cognitivo.

Nesse contexto, faz-se necessário que o professor e a própria escola busquem novos conhecimentos, ampliando seu repertório de práticas educativas capazes de atender as necessidades dos alunos com TEA que estudam no ensino regular. A compreensão do processo de ensino e aprendizagem de alunos com TEA não é função apenas dos professores especialistas em Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas sim de todos os profissionais da educação, inclusive dos professores da rede regular de ensino.



## O PROFESSOR E A ATUAL INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O atendimento de alunos público alvo da educação especial na rede regular de ensino exige mudanças no âmbito escolar: práticas pedagógicas condizentes com as especificidades dos alunos, participação da família, apoio de especialistas (psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, etc.), entre outras ações capazes de desenvolver a socialização, a autoestima, a autonomia, a linguagem, o pensamento e a socialização, considerados relevantes para a formação do aluno enquanto futuro cidadão.

Assim todos os professores especialistas, devem demonstrar amor, dedicação, paciência, falar baixo, utilizar recursos visuais e concretos para que os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), possam absorver o conteúdo, chamar a atenção destes com delicadeza. Deve-se também os incluir em jogos, brincadeiras e atividades, ser claro e objetivo, utilizar vocabulário de fácil entendimento, conhecer as áreas de interesse do aluno, dividir as tarefas propostas em etapas, auxiliar o aluno sempre que necessário, comunicar-se por meio de figuras, promover sua autonomia, criar um painel de rotinas, entre outras ações que contribuem significativamente para o desenvolvimento do aluno com TEA (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Existem intervenções psicoeducacionais, que atualmente vem sendo desenvolvidas e vivenciadas nos cursos de especialização de professores especialistas, e que podem ser desenvolvidas pelos professores, tais como o Método Son-Rise, TEACCH (Tratamento e educação para autistas e crianças com distúrbios correlatos da comunicação), ABA (Análise aplicada ao comportamento), PECS (Sistema de comunicação mediante troca de figuras), entre outras. Santiago e Tolezani (2011) explicitam que o Método Son-Rise consiste em imitar os movimentos das crianças com autismo quando as mesmas realizarem movimentos estereotipados.

Cunha (2014) elucida que o método referido contempla técnicas e estratégias que possibilitam a interação espontânea e o relacionamento social, de modo que os pais e educadores sejam capazes de interagir com prazer e possibilitem o desenvolvimento emocional e cognitivo da criança com autismo.



O autor ainda destaca que o método “[...] surgiu, décadas atrás, pela experimentação amorosa, intuitiva e bem-sucedida do casal Barry e Samahria Kaufman com o filho, Raun” (CUNHA, 2014, p. 75).

O método TEACCH se utiliza de materiais visuais e tem sido bastante utilizado por educadores que trabalham com alunos autistas, visto que possibilita resultados eficazes, sobretudo no tocante ao desenvolvimento da autonomia.

O TEACCH foi desenvolvido na década de 60 nos Estados Unidos e é atualmente muito utilizado em várias partes do mundo. O método utiliza avaliações, levando em conta os pontos fortes e as maiores dificuldades do indivíduo, em um programa individualizado. Ele objetiva desenvolver a independência do autista de modo que ele, ainda que precise do professor para o aprendizado, possa ser, em grande parte de seu tempo, independente para fazer coisas relacionadas à sua vida diária. O TEACCH se baseia na organização do ambiente físico por meio de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas. O objetivo é adaptar o ambiente para o autista mais facilmente compreendê-lo e compreender o que se espera dele (CUNHA, 2014, p. 73).

Ou seja, TEACCH é um programa estruturado que combina diferentes materiais visuais para organizar o ambiente físico através de rotinas e sistemas de trabalho, de forma a tornar o ambiente mais compreensível, esse método visa à independência e o aprendizado.

Cunha (2014) discorre também sobre o método ABA e salienta que visa desenvolver habilidades ainda não adquiridas pelos autistas. Estes são instruídos a realizar determinada atividade, podendo receber apoio em momentos que não souberem as respostas. O auxílio deve ser retirado assim que possível, a fim de desenvolver a autonomia da pessoa com TEA.

Sobre o método ABA, Lima (2012, p. 44) afirma que “as tarefas são repetidas de forma contínua até a criança dominar a resposta. Para modelar o comportamento das crianças são utilizadas várias técnicas de condicionamento”. O autor tece críticas ao método ao salientar que pode impossibilitar ações espontâneas do indivíduo no meio social.

Em relação a esse método, Cunha (2014, p. 74) acentua que:

[...] a repetição é importante na abordagem ABA, bem como o registro exaustivo de todas as tentativas e dos resultados alcançados. A resposta adequada do aprendente tem como consequência a ocorrência de algo agradável para ele e, por meio de reforço e repetição inibe-se o comportamento incorreto, recompensando sempre de forma consistente as atitudes desejadas.



Os recursos visuais atraem a atenção dos alunos com TEA, bem como favorecem sua aprendizagem e comunicação. Silva; Gaiato; Reveles (2012, p. 219) definem PECS como “[...] um método que utiliza figuras para facilitar a comunicação a compreensão, ao estabelecer uma associação entre a atividade e o símbolo”. Os autores ilustram um caso em que o método pode ser utilizado e explicitam o quanto pode contribuir para que a criança com TEA interaja com as pessoas ao seu entorno.

Ainda para os autores,

Quando uma criança com autismo precisa ir ao banheiro ou comer algo, ela entrega para uma pessoa uma figura que representa seu desejo. Esse método pode auxiliar nos comportamentos de birra que, algumas vezes, decorrem das dificuldades de se comunicarem adequadamente. O procedimento com o PECS não tem por objetivo substituir a fala, mas sim estimular. Quando a criança entrega a figura para uma pessoa (terapeuta, professor, pais), esta deve dizer o que é e incentivar a criança a repetir o nome. Futuramente, este método pode fazer com que a criança consiga falar o que deseja sem o auxílio da imagem. Além disso, ela, aos poucos, vai ampliando o seu repertório verbal (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 219).

## OS DESAFIOS ATUAIS DO PROFESSOR ESPECIALISTA

No que se refere à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino, é possível encontrar muitos desafios que requerem uma reorganização profissional e criatividade por parte do professor, pois a mera inserção do aluno na escola não é capaz de garantir acesso ao conhecimento historicamente acumulado.

Cunha (2014, p. 101) alega que no momento em que “[...] acreditamos no indivíduo, no seu potencial humano e na sua capacidade de reconstruir seu futuro, o incluímos, e nossa atitude torna-se o movimento que dará início ao seu processo de emancipação”. O autor ainda afirma que “[...] a inclusão escolar inicia-se pelo professor” e “[...] nem sempre, existem as possibilidades de preparação daqueles que trabalham na escola” (CUNHA, 2014, p.101).

Sobre essa questão, Glat e Nogueira (2002, p. 26) asseveram que:

Vale sempre enfatizar que a inclusão de indivíduos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na sua permanência junto aos demais alunos, nem na negação dos serviços especializados àqueles que deles necessitam. Ao contrário, implica uma reorganização do sistema educacional, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o



desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas necessidades (GLAT; NOGUEIRA, 2002, p.26).

A educação inclusiva deve superar qualquer forma de discriminação e atender o aluno em sua necessidade, de modo a garantir-lhe acesso e permanência com qualidade na rede regular de ensino. Deve considerar que o processo de inclusão pode levar anos para se efetivar, visto que demanda uma reorganização da escola e da sociedade como um todo. De acordo com Mantoan (2006, p. 15),

Nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais. Algumas escolas públicas e particulares já adotaram ações nesse sentido, ao proporem mudança na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem os segregar.

## EMBASAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA CONTEMPORANEIDADE

A educação especial, de acordo com o artigo 54 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), nota que é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei nº 12.764/12 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012). É importante frisar que os direitos das pessoas com autismo não são sempre são cumpridos em sua totalidade. O artigo 58 da “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (LDB), Lei 9394/1996, assim dispõe sobre a Educação Especial:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996, p. 135).



Em junho de 1994, aconteceu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais em Salamanca (Espanha), organizada pela Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Jacobsen, Mori e Cerezuela (2014, p. 43) expõem que:

A Declaração de Salamanca é um dos documentos de maior importância no processo histórico da inclusão. Sua principal defesa é de que as escolas regulares que realizam a inclusão são as mais eficazes para dirimir a discriminação. Assim, todos os alunos que apresentam deficiências ou necessidades educacionais especiais devem ter acesso e condições de permanência e desenvolvimento em toda rede regular de ensino.

O conhecimento sobre o funcionamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é o primeiro passo para que o professor contribua com o desenvolvimento de seus alunos. O professor pode fazer muito pelas crianças desde que tenha conhecimento sobre o assunto e seja provido de amor, paciência e dedicação. Assim terá condições de ganhar a confiança dos alunos (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012).

Xavier (2002, p. 19) enuncia que:

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminem, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania.

Sob essa perspectiva, fundamentados nos pressupostos da teoria Histórico-Cultural, defende-se a necessidade de que os professores compreendam que os alunos estão inseridos em um mundo social que os constituem. As pessoas com deficiência, e com Transtorno do Espectro Autista (TEA) devem ser vistas para além de seus estigmas e dificuldades. Pontua-se ser preciso romper a ideia de que o insucesso escolar seja inato às pessoas consideradas diferentes.

## A ATUAL FORMAÇÃO DO PROFESSOR ESPECIALISTA EM TEA

Atualmente a formação em Pós-Graduação como professor especialista é feita em dois níveis: Lato Sensu - (especialização) e Stricto Sensu (Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado), sendo mais voltado para a formação de professores das redes municipais e estaduais de ensino, público ou privado, e mais voltado para a formação de professores



universitários e pesquisadores, constituindo-se também como meio de acesso ao nível universitário, uma vez que é exigido, no Brasil, o título mínimo de mestre para atuar em nível superior como professor.

Atualmente nas universidades brasileiras, existem Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Especial, sendo elas públicas e privadas. A formação oferecida nos cursos de graduação e pós-graduação no momento da promulgação da Resolução nº 02/2001, pouco auxiliavam no trabalho necessário para a inclusão de alunos com NEE e, além disso, a formação em educação especial historicamente, no Brasil, ocorria de forma dicotômica em relação à formação geral, visto que estava organizada ou em cursos de graduação em Educação Especial ou em habilitações no Curso de Pedagogia.

A Resolução CNE/CB nº 02/2001, em seu artigo 18, § 3º, estabelece, em relação à formação de professores especializados, que a mesma se dê em cursos de graduação ou pós-graduação, e conforme Denari (2006, p. 47) “[...] parece recomendar que o professor de educação especial seja antes de tudo um professor do ensino regular.”

Esta mesma autora, coordenadora do Fórum de Educação Especial do Estado de São Paulo, informa que havia consenso entre os grupos quanto ao lugar de formação desse profissional: o curso de Pedagogia, e que era unânime entre os representantes do Fórum de São Paulo que “[...] o especialista em educação especial deve ser antes um professor, e sua formação acadêmica deve ocorrer no ensino superior, no âmbito dos cursos de pedagogia (DENARI, 2006, p. 57-58).”

No entanto, com a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, não se manteve a formação em educação especial vinculada à formação do pedagogo. Como consequência, isso tem levado algumas universidades, a constituir cursos de Licenciatura Plena em Educação Especial, de maneira que nessa modalidade o profissional seja um especialista em educação especial, mas não possuirá o título de Pedagogo, visto ser uma licenciatura independente do Curso de Pedagogia e, portanto, sua atuação será restrita aos serviços de atendimento educacional especializado, não sendo estendida a atuação como regente de classe comum, de educação infantil ou ciclo 1 do Ensino Fundamental, das escolas regulares.

Para a formação de especialistas em Educação Especial no Brasil, além das duas licenciaturas próprias como mencionado, a formação se faz por meio de curso de pós-





graduação lato sensu, elaborados em consonância com a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº 1 de 8 de junho de 2007 (BRASIL, 2007).

Conforme seu Art. 1º, § 3º é oferecido a graduados ou portadores de demais cursos superiores e que atendam às exigências da instituição de ensino, e de acordo como seu Art. 5º [...] têm duração mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, nesta não computado o tempo de estudo individual ou em grupo, sem assistência docente, e o reservado, obrigatoriamente, para elaboração individual de monografia ou trabalho de conclusão de curso, “[...] têm por objetivos formar recursos humanos e aprofundar conhecimentos em setores de atividades acadêmicas e profissionais específicos (BRASIL, 2012, p. 1).”

### **A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ESPECIALISTA ESTADUAL**

No Estado de São Paulo, o Conselho Estadual de Educação por meio da Deliberação CEE 112/21012, exige que a formação de especialista em Educação Especial cumpra “[...] 500 horas dedicadas a atividades teóricas e/ou teórico-práticas presenciais e 100h a estágio supervisionado”.

Entendendo que a reformulação do Curso de Pedagogia, anteriormente exposto, seja insuficiente para preparar o professor para atuar com educação especial, tem desenvolvido vários e contínuos projetos de formação em cursos de especialização lato sensu, presencial e a distância, para graduados em pedagogia e para professores de redes de ensino, como formação continuada e preparatória para o trabalho nos serviços de educação especial, disponíveis no país.

Na atualidade se observa, também, algumas Universidades que organizam núcleos de educação especial, vinculados a Extensão Universitária, que se responsabilizam por cursos e eventos na área, no sentido de proporcionar ao estudante de Pedagogia e outras licenciaturas, conhecimentos em educação inclusiva e especial, visto que, certamente, quando docentes receberão em suas salas de aula alunos com necessidades educacionais especiais e precisam, minimamente, ao menos, conhecer os princípios filosóficos que regem sua área de estudo.

Hoje nota-se que a especialização é voltada especificamente para cada área da educação especial. Com um olhar que atue visando o modo de como as reflexões se encaminhem não como questão meramente técnica de alterações curriculares, mas numa perspectiva de política fundamental para o momento histórico atual, esse processo de



aperfeiçoamento tende a ser cada vez mais específico e integralmente voltado a sua área de atuação.

## A FORMAÇÃO CONTINUADA NA VISÃO DOS PROFESSORES

Quando se fala em formação continuada, especialização de professores, observa-se que categorias de falas sobre o assunto, no olhar do professor a formação continuada é vista como; atualização de conhecimentos; formação continuada na perspectiva de mudança da prática pedagógica; formação continuada relacionada à teoria.

Desse modo ao analisarmos estas ações vemos que na busca por mudanças ou transformações em sua prática, o professor conquista autonomia e assume responsabilidades pelo seu próprio desenvolvimento profissional. Assim sendo, a formação continuada cuidada pela escola, ganha espaço privilegiado de produção de conhecimento, por propiciar aos docentes a troca entre pares, à reflexão sobre a prática e a possibilidade de compreensão desta para além da sala de aula.

Há uma visão dos professores que a formação continuada de forma geral, contribui para mudanças significativas em suas práticas pedagógicas, atualizando-os e motivando a transformação de seu trabalho considerando o contexto singular da instituição. Ao olhar a metodologia, diversos estudos afirmam que os processos de análise e reflexão da própria ação são um importante instrumento para a transformação da prática do professor.

Existe a necessidade de as informações, nos cursos iniciais, serem atualizadas e inter-relacionadas com o cotidiano escolar. Há espaços presentes nos cursos de formação, que podem deixar a prática dos professores desconectada da realidade dos alunos. Observando que as metodologias dos estudos de atualização devem considerar a prática, as experiências e o saber fazer do professor, ou seja vê-lo como protagonista no contexto em que atua. Uma boa alternativa para a atualização profissional é a implementação de espaços de discussão em que se valorize a observação, análise e reflexão crítica sobre a própria prática, com a participação de toda a equipe na própria unidade escolar.

Os professores especialistas, podem complementar essa formação, participando de reuniões, encontros e cursos. Os gestores por sua vez poderão exercer o papel de mediadores, ao articular o conhecimento dos profissionais da educação especial com as necessidades e experiências dos professores da sala regular. Professores que têm a



oportunidade de participar de cursos, também podem atuar como multiplicadores de conhecimento para a equipe.

A formação continuada nesta perspectiva está isolada da prática reflexiva dos docentes no contexto amplo do seu trabalho. Reduz a formação apenas ao seu caráter prático, ausentando de maneira significativa o pensamento reflexivo do professor e a relação que este faz entre teoria e prática.

Imbernón (2010, p. 50) coloca a necessidade da formação continuada para a reflexão prático-teórica sobre a própria prática. “[...] mediante a análise, a compreensão, a interpretação e a intervenção sobre a realidade, a capacidade do professor de gerar conhecimento pedagógico por meio da prática educativa.”

A reflexão neste sentido é parte inerente da prática do professor, que nasce da sua ação preenchida de sentido e faz frente aos contextos em que seu trabalho está inserido. No entanto, alguns docentes ainda pensam que a reflexão é algo externo a eles e que ela acontece mediante a um treinamento oferecido por outro, não obstante a essa forma de conceber a reflexão, os professores ainda não se vêem como parte integrante deste processo de formação e acabam por separar a sua prática da perspectiva reflexiva a que essa se manifesta.

Portanto, nota-se que para os professores a formação continuada tem mais a ver com as questões práticas da sala de aula do que com aquelas que nascem do campo teórico para depois refletirem no seu cotidiano escolar. Fica evidente a carência da reflexão prático teórica nos momentos formativos destes professores, ou ainda, a pouca clareza da importância teórica na construção de suas práticas.

Em oposição a essa representação, Libâneo (1998) destaca a importância da assimilação e produção de teorias como marco para o avanço das práticas de ensino, de modo que se verifique o potencial transformador das práticas.

## **A FORMAÇÃO CONTINUADA ATUAL SOB O OLHAR DOS GESTORES**

A formação continuada de professores especialistas, contribui para o exercício da docência, proporcionando momentos específicos de estudo do referencial teórico da própria instituição e assuntos que possam surgir no decorrer do processo formativo.

De acordo com Imbernón (2000, p. 16) “[...] a aquisição de conhecimentos por parte do professor está muito ligada à prática profissional e condicionada pela organização da



instituição educacional em que esta é exercida”. Então, é legítima a concepção, segundo os gestores, de que a formação proposta pela escola, forma seu profissional para atender principalmente as especificidades do contexto da instituição.

Mesmo que os objetivos da formação continuada da escola, sejam voltados num primeiro momento para a formação do “seu profissional”, os gestores não deixam de considerar como parte importante deste momento formativo, a reflexão sobre a prática pedagógica visando mudanças nas práticas dos docentes.

Nota-se que os gestores, ressaltam a importância da reflexão sobre a prática pedagógica dos professores, valorizando os momentos formativos oferecidos pela instituição.

Pérez Gómez (1998, p. 371) coloca que;

[...] o profissional docente deverá refletir sobre as normas, crenças e apreciações tácitas subjacentes que minam os processos de valorização e julgamento, sobre as estratégias e teorias implícitas que determinam uma forma concreta de comportamento, sobre os sentimentos provocados por uma situação e que condicionaram a opção de um determinado curso de ação, sobre a maneira com que se define e estabelece o problema e sobre o papel que ele mesmo desempenha como profissional dentro do contexto institucional, escolar, em que atua.

Ao compreender o contexto em que se atua, através da reflexão sobre os mecanismos que permeiam a sua prática situa o docente como parte importante do desenvolvimento da atividade educativa, pois lhe proporciona segundo Pérez Gómez (1998) a relação com a problemática de seu contexto de atuação.

Desse modo, conhecer os pressupostos teóricos que embasam toda a estrutura da instituição, bem como a transposição desse campo teórico para as práticas dos professores, aliados a reflexão desse processo é colocado pelos gestores como objetivos de sua formação, ou especialização nos dias de hoje.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente os cursos de formação e especialização de professores que buscam atuar com alunos com Transtorno do Espectro Autista são de extrema importância, no processo de qualificação na área da inclusão escolar. Torna-se claro que muitos são os desafios nesse processo, o percurso para a formação é motivado por diferentes aspectos, como ocorre a



visão do profissional de acordo com observações diversas, como a opinião de cada professor de acordo com o vínculo de questões de cunho pessoal e de formação preterida.

Vale destacar que a inclusão do aluno com TEA não se restringe apenas a sua inserção na instituição escolar. É papel da escola garantir que os alunos com autismo educação de qualidade, de maneira a atender suas necessidades educacionais e valorizar suas habilidades específicas.

A inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é de responsabilidade de toda a comunidade escolar e não somente dos professores especialistas. Sendo assim, todos os envolvidos na educação do aluno com TEA devem buscar novos conhecimentos que possibilitem encaminhamentos metodológicos eficazes para seu desenvolvimento.

Desse modo a formação do professor especialista em transtorno do espectro autista tende a romper paradigmas, sob a visão que todo autista é igual, que apresenta as mesmas características e singularidades. Isso só será interrompido por meio da reflexão do professor sobre o aluno real. Salientando que cada indivíduo é único e tem suas próprias características, sabe-se que não há um exemplo único para todos, mesmo que apresentem as mesmas possibilidades e necessidades.

Dessa forma este processo de trabalho pode proporcionar uma análise mais completa do caminho percorrido no que se refere à formação e especialização do professor especialista atualmente, qual a formação se faz necessário para qualificar um curso de extensão sobre transtorno do espectro autista (TEA), sobre as demandas existentes que ainda precisam ser supridas que busca pautar práticas pedagógicas de qualidade, flexíveis, que respondam as necessidades dos alunos e que busquem uma melhor avaliação e capacitação do profissional, enquanto professor especializado atuante, com a atenção voltada a todos os métodos de ensino, as metodologias que buscam desenvolver ações que serão desenvolvidas com os educandos com transtorno do espectro autista (TEA).

Nota-se que o processo de formação e especialização do professor especialista é conduzido de modo pouco exemplificado poucos são os institutos e escolas especializadas que oportunizam uma capacitação completa ao profissional, contudo atualmente existem estudos que buscam proporcionar materiais e pesquisas que de modo significativo buscam apresentar o trabalho mais específico dentro de cada área da deficiência. Assim é visto que a



inclusão é uma área de grande conhecimento e descobrimento que ainda percorre um caminho longo, mas que apresenta significativos avanços a cada dia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 5th ed. Arlington: American Psychiatric Association, 2013.
- AMIRALIAN, MARIA LUCIA T. M. *Psicologia do Excepcional*. (Coord. Clara Regina Rappaport) São Paulo: E. P. U. Volume 08. 1986.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMEL, R. C. R. de C. *Formação de professores: aportes multiculturais e o movimento da inclusão*. Educator, Curitiba, Editora UFPR, n. 24, p. 149-161, 2004.
- BIASÃO, M. C. R. *Transtorno do Espectro Autista*. In: MORI, N. N. R.; CEREZUELA, C. (Org.) *Transtornos globais do desenvolvimento e inclusão: aspectos históricos, clínicos e educacionais*. Maringá: Eduem, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na 17 Educação Básica*. Parecer CNE/CEB. 17 ago. 2001, Seção 1, p. 46.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. *Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos*. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.
- BRASIL. Ministério da Justiça/CORDE. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, 1994.
- CUNHA, E. *Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família*. 5.ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2014.
- FREITAS, H. C. L. de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, Especial p. 1203-1230, jun. 2019.
- GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. In: *Revista Integração*. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, ano 14, nº 24, 2002.
- IMBERNÓN, F. *Formação continuada de professores*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- JACOBSEN, K. MORI, R. R. CEREZUELA, C. *O direito do Atendimento Educacional Especializado à pessoa com Transtornos Globais do Desenvolvimento*. In: MORI, Nerli Norato Ribeiro. CEREZUELA, Cristina. (Org.) *Transtornos Globais do Desenvolvimento e Inclusão: Aspectos Históricos, Clínicos e Educacionais*. Maringá: Eduem, 2014.
- MANTOAN, M. T. E. PRIETO, G. R. ARANTES, A. V, organizadora. *Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.
- MAZZOTTA, M. J. S. *Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial*. São Paulo: EPU, 1993.
- NÓVOA, A. (Org.) *Os professores e a sua formação*. Portugal: Porto, 1992.



OLIVEIRA, A. A. S. *A política de formação de professores para educação especial: a ausência de diretrizes ou uma política anunciada?* In: PINHO, S. Z. (Org.). *Formação de educadores: o papel do educador e sua formação*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2009. p. 257-271.

PÉREZ, Gómez A. I. *O pensamento prático do professor – A formação do professor como prático reflexivo*. In: NÓVOA, A. (Org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992, p. 93 – 114.

PRIETO, R. G. *Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil*. In: MANTOAN, M. T. E; PRIETO, G. R; ARANTES, A. V, organizadora. *Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006.

ROZEK, Marlene. *A formação Docente: tensões e possibilidades*. In: ROZEK, M; VIEGAS, L. T. *Educação Inclusiva. Políticas, Pesquisa e Formação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012. P. 13 – 35.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. Artmed, 1998

SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. 4ª ed. Campinas: Autores Associados, 1994.

SILVA, A. B. B; GAIATO, M. B; REVELES, L. T. *Mundo singular: entenda o autismo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

STAINBACK, S. STAINBACK, W. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1989.